

Nuruddin Farah – cartografias humanas

Silvina Liliana Carrizo*
Rodrigo da Silva Cerqueira**

RESUMO:

A contemporaneidade marca-se indubitavelmente pelo descentramento do sujeito; ao mesmo tempo em que fronteiras são abolidas, novos mecanismos de exclusão são criados. A partir de certo momento, denominado por teóricos de pós-colonial, as minorias manifestam-se não pró ou contrariamente à ordem vigente, mas tencionando de certo modo a questioná-la. O romance *Mapas*, de Nuruddin Farah, parece-nos importante reflexão literária acerca deste tempo; estudando-o, tentaremos descobrir a que ponto o romancista somaliano profere sua crítica à situação atual.

Palavras-chave: Contemporâneo. Pós-colonial. Sujeito. *Mapas*.

A obra de arte é valor porque é apelo

Jean-Paul Sartre

Só há caminhos contínuos para nos transportar do local ao global, do circunstancial ao universal, do contingente ao necessário se pagarmos o preço das baldeações.

Bruno Latour

Na contemporaneidade, mapas são redesenhados pelo princípio da exclusão – fronteiras e divisas são riscadas do globo para a livre circulação de sujeitos e comunidades em territórios diversos. Porém, à análise do tempo atual, considerando seus meandros, vemos que este princípio navega em dupla braçada. Ao mesmo tempo em que fronteiras são apagadas (povos são reunidos pela lógica da globalização em terrenos livres de divisas), outras fronteiras, essas não físicas, são criadas. O que fica, na nova cartografia da ordem mundial, todavia, baseia-se no mesmo conceito que derruba muros e eleva barreiras. Excluídas as fronteiras, a lógica do consumo tem terreno livre para governar, e deste lugar, do qual torna-se senhora incontestada, possui o direito de excluir do processo global aqueles que a ele não se adequam por falta de recursos, digamos, pouco modernos.

A ampla dimensão com que a nova ordem mundial é analisada, elevada a patamares de revolução por muitos, faz-nos pensar em que base a ordem da liberdade e dos territórios sem delimitações fundou-se, ou seja, quando e onde começamos a viver o capitalismo desenfreado e a necessidade de uma não identificação com esta ou aquela comunidade, mas com uma comunidade global. Em fins do século XV e início do século XVI os processos de colonização europeus começam a retratar a história como um filão de conquistas e expansionismo; os grandes impérios munidos de suas tropas marítimas vão descobrir em América e África o novo mundo a que desejam não só conhecer, mas explorar ao próprio usufruto; aqui, a ideia de pertencimento a uma comunidade

como simbologia para definir o sujeito, seus costumes e características, ainda é carro-chefe, porém a caracterização do território colonial como adendo ao território nacional europeu já aponta à nossa direção. Torna-se óbvio nesse momento salientar que o território metropolitano é (e sempre será) o mais importante nesta via de mão única que é o processo de colonização, entretanto a colônia é, mesmo que em tese repudiada, parte importante do território da metrópole, dada à contundência de seus recursos no subsídio e acúmulo de riquezas metropolitano, e em alguns casos de moradia e refúgio da realeza (basta-nos lembrar o período que a Família Real portuguesa reside no Brasil). Às colônias, a mão-de-obra e os administradores; às metrópoles, o resultado. A lógica do capital nos idos da expansão marítima é esta: exploração a um, lucro a outro, por isso a mão única, o ganho apenas para um lado. Por isso, quando tencionamos dizer a que viemos ou onde chegamos (nós, habitantes da parte inferior do mapa), contamos o relato (história) dos vencidos. É da derrota que o discurso da ex-colônia emerge, e da derrota que se elabora como tentativa de representação.

Mas, conseguiria esse discurso emergente da derrota, as feridas há tanto purulentas, fabricar-se de maneira original? A resposta provável ainda é não. Calçada nos moldes dos criadores de nossa civilização (algo que não podemos negar é que vivemos numa sociedade organizada à europeia, criada e elaborada pelos colonizadores), a inteligência colonial por mais que tente refletir sobre os derrotados o fará pela letra dos vencedores. É sobre este aspecto do processo colonizador que reflete Silviano Santiago em “Apesar de dependente universal”,

Dentro dessa perspectiva etnocêntrica, a experiência da colonização é basicamente uma operação narcisística, em que o outro é assimilado à imagem refletida do conquistador, confundido com ela, perdendo portanto a condição única da sua alteridade. Ou melhor: perde a sua verdadeira alteridade (a de ser outro, diferente) e ganha uma alteridade fictícia (a de ser imagem refletida do europeu). O indígena é o Outro europeu: ao mesmo tempo imagem especular deste e a própria alteridade indígena recalçada. Quanto mais diferente o índio, menos civilizado; quanto menos civilizado, mais nega o narciso europeu, mais exigente e premente a força para torná-lo imagem semelhante; quanto mais semelhante ao europeu, menor a força da sua própria alteridade. Eis como se desenrola a ocupação. Eis como se cria a ‘inteligência’ no Brasil (SANTIAGO, 1982, p.15, grifo do autor).

Nos situamos como sujeitos únicos no primeiro momento em que começamos a questionar o que acontecera conosco e com o que nos cerca até então, a dúvida portanto é a base da identidade - questionar-se e, sobretudo, reconhecer-se distinto de outrem. E quais são os meios para realizarmos essa distinção se historicamente somos criados à imagem e semelhança do outro, se, aprisionados ao poder, que, todavia não exercemos, não enxergamos margem possível para um questionamento autóctone. No processo de colonização, mesmo em participação considerável no crescimento da nação (neste caso a metrópole), o colonizado não se vê como resultado evolutivo: regamos a árvore e não colhemos seu fruto, esta a ordem. Poder-se-ia dizer então, ponhamos o caso do Brasil à mesa apenas por proximidade, que apesar de em número sermos maioria estamos definitivamente em posição minoritária no que tange às decisões sobre a própria identidade neste momento da história. Como então colidir com a opinião hegemônica; de que maneira a minoria faz frente ao organismo majoritário?

O resultado é, inicialmente, desolador. Nas derrotas históricas, com o passar do tempo, o não-vencer torna-se conceitualmente muito mais presente do que o ganhar. Porém, a reflexão em meio à terra gasta pode carregar em si certa esperança, não de vitória, mas de colocação dentre o esquema – não ganhamos o prêmio, mas entramos no páreo, posição que sequer galgávamos no gênesis. Não

ganhar, neste momento, significa um pouco mais do que ser derrotado, mas uma alternativa à ordem vigente. O signo da negação, o “não” propriamente dito, traduz-se paradoxalmente em afirmação. Mas a alternativa não é tão simplesmente desenhada, sua abrangência não derruba muros arcaicos nem reelabora terras e mares. Passado o período da colonização, onde os nativos (colonizados, numa acepção mais abrangente do termo) contribuíam com a obediência, enquanto os senhores cerceavam-nos com a lei, a ordem se configura em nações recém-libertas cujas contradições internas e dependência externa pouco diferem do sistema anterior. A ordem econômica, calcanhar de Aquiles das nações mais jovens, elabora-se muito mais em função do olhar do (novo) colonizador do que do (mesmo) colonizado: novos tempos, mesmo domínio.

Como ilustração do ponto anterior, um argumento de Roberto Schwarz (2000) acerca do fim do processo escravocrata no Brasil é extremamente válido. Diz Schwarz: “Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalho livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital” (SCHWARZ, 2000, p. 14). Não sendo mais mercadoria, o escravo se transforma em consumidor, tornando-se mais lucro que empecilho a seu senhor. Redimensionemos a questão pondo o lugar do escravo como o lugar da colônia recém-independente; analogamente, coloquemos o grande centro (europeu ainda neste período) no lugar do senhor. Temos assim a nova ordem. Posto à luz da liberdade, o país temporário segue sua sina de dependência (derrota), não necessariamente vinculado à metrópole a quem subsistia, mas a uma potência econômica que suplante suas necessidades a juros e correção monetária tanto ou mais cruéis do que os castigos a escravos fujões. Dito isso, a negação como afirmação tem apenas uma comporta por onde escoar. É na afirmação da identidade, do sujeito e da comunidade, que reside o único meio de entrar em disputa, de ser percebido. O “não” torna-se fundamental para a afirmação identitária da minoria. A preservação dos costumes, características comportamentais, e, principalmente, a preservação do idioma, que sendo o do colonizador terá a alternativa de manter-se em suas variantes de colônia, traduzir-se-á em manutenção identitária - sou este pois não sou outro, e a negação é minha arma. Citemos Michel de Certeau (1995) para melhor exemplificar esta condição:

Uma autonomia cultural, social ou étnica sempre se manifesta dizendo *não*: Não, diz o negro, não sou um americano. Não, diz o indiano, não sou um chileno ou um argentino. Não, diz o bretão, não sou um francês (CERTEAU, 1995, p. 145, grifo do autor).

Obviamente a discussão que implica as considerações de Certeau são posteriores ao tempo até aqui por nós discutido, todavia a origem deste “afirmar-se por negar” está num reconhecimento de diferenciação identitária possível no confronto entre nativo e estrangeiro, muito comum nas relações do período colonial. No tempo-hoje, chamemos assim, contemporâneo, globalizado, as relações modificam-se sem se solidificar. A inexistência de fronteiras já tocada por nós no início do texto implica em novas configurações sociais em que o “não” ainda fará parte como discurso representativo de afirmação. Destituídas as fronteiras intra e extraterritoriais, ampliadas as barreiras excludentes pelo capital, afirmar-se como identidade torna-se simultaneamente necessário e complexo. No mundo abraçado pelo capitalismo global, processos de formação identitária que vinculem o sujeito a comunidades delimitadas são contundentemente esvaziados; há enfim uma linha tênue entre o pertencimento e o profundo desenraizar-se. É sobre este aspecto, suas contradições e especificidades tanto internas quanto externas, nacionais e mundiais (se é que estes dois últimos termos fazem sentido na época atual), que a literatura pós-colonial tentará refletir. Sobre estas condições, seus mecanismos e tessituras, que passaremos agora a tratar.

Pós-colonialismo – pensamentos emergentes no globo

Denomina-se pós-colonialismo o tempo em que as colônias oficializadas (conquistadas pelas metrópoles europeias num processo iniciado nas campanhas de expansão marítima do final do século XV) são praticamente erradicadas do mapa sócio-econômico mundial. Sendo assim, o pós-colonial, tempo atual, idade cultural contemporânea, re-elabora as concepções sociais e culturais num contexto de liberdade em relação à situação anterior, vinculado estritamente ao termo globalização. Entretanto, a uma análise crítica, o global como termo não enxerga a liberdade muito além de sua morfologia: o pós-colonial acaba por ser uma redefinição dos processos de dependência.

Stuart Hall (2003) reflete sobre este processo pós-colonial, o mundo globalizado, evidenciando a não estrita vinculação entre o termo que designa globalização e o sistema de relações mundiais. Para o teórico, a globalização não age como promete, globalmente, uniformemente, trazendo em si, como processo, severas contradições.

O sistema, entretanto, *não* é global, se por isso se entende que o processo é de caráter uniforme, afeta igualmente todos os lugares, opera sem efeitos contraditórios ou produz resultados iguais no mundo inteiro. Ele continua sendo um sistema de desigualdades e instabilidades cada vez mais profundas, sobre o qual nenhuma potência – nem mesmo os Estados Unidos, que é a nação mais poderosa em termos econômicos e militares da terra – possui o controle absoluto (HALL, 2003, p. 56, grifo do autor).

Mesmo com o derrubar de fronteiras, as promessas de um mundo uniforme, para todos, o poder segue na mão de poucos, de quem se encontra na posição superior da cadeia, quem comanda a economia mundial e seus consumidores: esta a moeda, não tão nova quanto à globalização, mas ainda assim determinante. É ele (poder) e não outro quem governa os tempos, sejam eles pré ou pós-coloniais. O milagre econômico fica para poucos, aos outros (muitos) resta a danação do eterno martírio, as migalhas de desenvolvimento, como bem avisa Silviano Santiago (1982) ao refletir sobre as condições brasileiras nos anos de chumbo e suas decorrências.

O progresso incorpora as minorias a um avanço histórico, que é simulacro, continua ficção, e que, por isso, não pode atingir o modo de ser social de quem busca a sua 'explicação'. Ele incorpora as minorias a uma avanço da classe dirigente, por isso é que as diferenças sociais (apesar da mensagem constantes das novelas das sete e das oito) se acentuam nos momentos mais agudos do desenvolvimento. A maior verdade do 'milagre' são os bóia-frias; a maior mentira do 'milagre' não é o bolo, é a faca. A faca na mão de quem corta. Quem parte e reparte fica com a melhor parte (SANTIAGO, 1982, p.18).

Contradições externas e internas, poder na mão de poucos – como é usual -, re-elaboram os processos e relações internacionais, indo pouco além do que víamos nos intercâmbios entre metrópole e colônia há séculos atrás. Algo porém traz, em novo tom, espécie de alento em detrimento à terra gasta do pleito pelo domínio. Refletimos no início do texto sobre a dificuldade para a elaboração de uma inteligência colonial, dada à estruturação desta elaborar-se, inicialmente, de forma similar aos conceitos metropolitanos. Podemos refletir sobre este tema pela hipótese de Roberto Schwarz (2000) de as ideias estarem fora do lugar, ou seja, de que, passados os anos, o discurso da metrópole (filosófico, conceitual) desencontra-se completamente da prática social da

colônia. Por conta dessas contradições em que emergem as inteligências coloniais (um olho na teoria, outro na prática), sua visão resultante é amplamente confusa. Deste resultado, distinto do teoricamente desejado, é que o “não” surgirá como processo vital de afirmação. Nega-se a visão sem jamais perdê-la de vista. O discurso teórico é absorvido e re-elaborado de acordo com a realidade social da ex-colônia. Ocorre aqui uma espécie de tradução: no pós-colonial o retrato europeu serve como molde, o romance por exemplo, mas as cores, os detalhes, o artista, são provindos e profundamente ligados à parte de baixo do mapa .

Tendo as posições discursivas consideradas, vemos que a situação do intelectual no pós-colonialismo constitui-se não de uma busca desenfreada à tomada de poder, mas a uma reflexão e participação crítica na ordem mundial vigente; frente ao globo, o artista da antiga colônia busca o suplemento em seu ideário como bem define Homi K. Bhabha: “A estratégia suplementar sugere que o ato de acrescentar não necessariamente equivale a somar, mas pode, sim, alterar o cálculo” (BHABHA, 2007, p.219). Não ganhamos a corrida ou sequer apoiamos quem larga na frente, e talvez nem tenhamos tais expectativas, mas, sem dúvida, entramos no páreo, o que é, indiscutivelmente, um patamar de reflexão, uma possibilidade de alteração na configuração da peleja. É neste lugar conceitual que enquadrámos o romance *Mapas* (2003) de Nuruddin Farah – uma reflexão sobre origem e liberdade na pele dos personagens Misra e Askar, que se encontram no território do Ogaden, Chifre da África, fronteiras moveidças. É sobre esta peça literária que nos deteremos a partir de agora.

SUL: Misra

A lógica do suplemento como estratégia de tomada de posição discursiva por nós acima explicitada é de suma importância para tentarmos entender as reflexões sobre território e sujeito contidas na literatura pós-colonial e no romance *Mapas*, de Nuruddin Farah, conseqüentemente. As palavras de Homi K. Bhabha podem nos auxiliar:

A minoria não confronta simplesmente o pedagógico ou o poderoso discurso-mestre como um referente contraditório ou de negação. Ela interroga seu objeto ao refrear inicialmente objetivo. Insinuando-se nos termos de referência do discurso dominante, o suplementar antagoniza o poder implícito de generalizar, de produzir solidez sociológica. O questionamento do suplemento não é uma retórica repetitiva do ‘fim’ da sociedade, mas uma meditação sobre a disposição do espaço e do tempo a partir dos quais a narrativa da nação deve *começar* (BHABHA, 2007, p.219, grifo do autor).

O princípio de suplementação explicitado pelo teórico indiano toca a noção de negação de uma identidade por afirmação da própria; porém, no caso supracitado nega-se o sistema (não só identitário, também social) na tentativa de descoberta autóctone de uma identidade e conceito de nação. A solução do suplemento, proposta por Bhabha, se aproxima da proposta que pretendemos quando citávamos o processo das ideias fora de lugar de Roberto Schwarz (2000). A atitude suplementar em relação ao organismo dominante (a civilização ocidental) tornar-se-ia, enfim, um processo de seleção, reflexão crítica em torno da constituição social sem negar uma ou outra influência em seu processo de construção; ao invés da total adesão ao projeto do ocidente, ou mesmo da total negação a este projeto, a minoria deveria agir com um olhar lateral, que pondera as situações e as reflete sobre uma nova configuração social.

Em *Mapas*, Nuruddin Farah cria um enredo que vem ao encontro dessas indagações. As ações que envolvem Misra e Askar no Ogaden (território sob o domínio etíope de população abundantemente somali localizado no chamado Chifre da África) traçam interessante desenho sobre os questionamentos de identidade e território.

Misra é etíope, Askar somali. Achado ao lado do corpo da mãe, recém-nascido, Askar é criado por Misra até os nove anos, sob a batuta do professor Aw-Adan, e a radicalidade do tio Quorrax. Na relação entre “mãe” e “filho” (sempre entre aspas, Askar por vezes chama Misra de mãe, mas nunca a assume verdadeiramente como tal), o choque entre duas culturas; na biografia do menino, a tensão de uma identidade puída, esvaziada. Provável filho de um herói da Frente de Libertação da Somália Ocidental, Askar tem pouco conhecimento de seus pais, e, por essa não identificação natural, mais parece:

uma criatura forjada de noções formuladas sem cabeças, uma criatura que ganhou a vida a partir de ideias; como se não fosse uma criança nascida com a boa ou má fortuna das estrelas, uma criança que tem um nome, respira como as outras, uma criança cujos atos são parte da experiência passada e presente de um povo (FARAH, 2003, p. 13-14).

Se Askar é a representação de um povo, sua identidade já está posta em conflito, dado o fato de que o mundo, para Askar, é Misra. Porém, *Mapas* guarda maiores tensões, maiores questionamentos identitários. Misra é minoria no Ogaden, e, para a etíope, o somali (Askar) também é o mundo, mas o mundo que lhe fora arrancado, infância revivida:

Não só ela via em você o pai mas também a criança que vivia nela: via um pedaço diferente de terra, escutava uma outra língua e observava na tela do passado a reprodução de certas cenas reais e dolorosas como se tivessem existido na véspera. Buscava em você a infância e guardava as confidências mais preciosas para compartilhá-las com você, somente com você. Também via em você uma princesa que mal contava cinco anos, uma princesa bonita rodeada de serviçais e admiradores, amada pela mãe, pelo pai, pois uma menina não herdaria o nome – não continuaria à linhagem. Uma princesa! (FARAH, 2003, p.18).

A história da princesa é a história de Misra. Casada com um nobre sob contrato de ter deste um filho homem, o herdeiro, a mãe de Misra dá a luz à “princesa”, e vê seu casamento acabar. Em Askar, no exercício de sua maternidade, Misra se vê – esta a constatação importante. Askar é o futuro e o passado para Misra, e a existência do menino confunde-se com as recordações da mulher, princesa cuja nobreza lhe fora negada. Em território “estrangeiro”, Misra é a *outra*, a etíope em meio aos somalis. Askar, no entanto, é o porto seguro, a identificação, a nação de Misra. Por que então Misra é o sul e não Askar, sendo este a origem. O fato é que Askar é a simbologia de *Mapas*, nele estão inscritos os traços da nação jovem (somali) que deseja a afirmação, a liberdade, desenhadas em meio ao livro na guerra que invade o Ogaden. Askar é o fio condutor do trajeto da origem à liberdade, seus percalços e reconhecimentos numa cartografia que busca traçar de forma precisa a identidade somali. E a origem de Askar, o mundo primeiro, o sul, é Misra.

Criado sob os olhos desconfiados da população somali, o menino muda-se para o Mogadíscio após o ritual de circuncisão (símbolo de destituição da dependência entre a criança e Misra) para morar com os tios maternos Hilaal e Salaado, um casal de intelectuais. Do aprendizado constante com os tios, ao crescimento nas concepções e feições de homem, Askar aproxima-se cada vez mais da noção de pertencimento ao povo somali, e cada vez mais rejeita a ideia de pertencimento a Misra como base formadora de sua identidade. Porém Misra é não só a infância, mas toda a origem.

Em silêncio, a mente de Askar seguiu o mesmo curso que os pensamentos de Hillal – Misra fora seu único mundo, o conteúdo e a fonte de seus segredos, a única em quem confiava; ela, cujo braço, maior do que tudo que ele havia tocado ou visto, estendia-se para o alto e os dedos curtos apontavam e nomeavam o firmamento; os mesmos dedos que limpavam seu rosto ou secavam suas narinas, e eram rápidos para apontar em seguida a terra onde se sentava enquanto os pensamentos dela, como um pêndulo, oscilavam entre o céu (a morada de Deus?) e a terra (nutriz do homem?), entre ele e ela. Ela o ensinara a situar e nomear coisas e pessoas, ela o ajudara a se fixar no centro de um mundo – o dela! (FARAH, 2003, p. 78).

A rejeição a Misra se acentua no momento em que Askar recebe a notícia da suposta participação da “mãe” na invasão etíope ao Ogaden. Askar tentará de todas as formas esquecer sua identidade já concebida aos estilhaços (etíope, somali, Misra), mas a guerra traça mapas, define caminhos.

NORTE: Askar

Stuart Hall (2006), refletindo sobre os processos da globalização, enquadra quatro termos como primordiais para entendermos a época atual. São eles a descontinuidade, a fragmentação, a ruptura e o deslocamento. Askar, como trajetória, reflete todos estes termos numa tentativa inglória de os negar. Após a mudança a Mogadiscio, nova cultura assimilada, identidade somali tentando enraizar-se, o menino acompanha a explosão da guerra no Ogaden e, perplexo, é informado da participação de Misra no combate. Aos ouvidos de Askar (agora perto dos dezoito anos) chega a notícia de que Misra, amigada com um soldado do exército etíope, traiu a comunidade em que viviam originalmente, fazendo com que esta fosse completamente devastada pelo exército inimigo. A traição é considerada por Askar um crime contra a pátria, ele mesmo, e a negação a Misra é a primeira medida de entrada no combate. Contudo, as notícias não param na mera alegação de traição, Misra vai ao Mogadiscio à procura de Askar e, muito doente, é hospedada por Hilaal e Salaado. A convivência entre “mãe” e “filho” tempos depois completa e reflete as questões trazidas por Askar em toda vida. A negação em princípio mantém o menino vinculado à comunidade somali, negando a traidora, a *outra*, mas sua própria origem. Askar não percebe que, se há vínculo a um território este território é humano, e está grafado na pele de Misra. O assassinato da mulher, e a consequente condenação de Askar, será a constatação do não mais pertencer ao território e sim à história, que, aqui, é moldada não por armas, mas por pessoas.

E foi assim que começou – a história de (Misra, Misrat, Masarat e...) Askar. Primeiro ele a contou direta e sem floreios, respondendo às perguntas do oficial; a seguir a contou a homens usando togas, parecendo abutres com crânios brancos. E o tempo crescia no rosto de Askar à medida que ele de novo contava a história, o tempo crescia como uma árvore com mais ramos e muito mais folhas decíduas do que as da árvore existente no rosto da lua. No processo, ele se transformou no réu. Ele foi ao mesmo tempo o queixoso e o jurado. Por fim, permitindo que seus diferentes eus agissem como juiz, audiência e testemunha, Askar a contou para si mesmo (FARAH, 2003, p.318).

Aficionado à ideia de liberdade, Askar percorrerá os escombros da memória para descobrir não só de onde veio, mas para onde pode ir. O homem contemporâneo, desvinculado das noções limítrofes que o atrelam a uma comunidade, vaga na ruptura de antigos laços e ideais para a construção de outros – outras formas de discurso, outras formas, talvez, de poder. *Mapas* tenta desenhar uma

nova cartografia, mas esta está centrada no homem da ex-colônia ainda sacrificado pelas contradições internas, e a mensagem final é possível de ser resumida: o humano prevalece. As guerras, as mortes, as fronteiras, nada é mais importante que a busca do ser, do “quem é”, e, para buscar as definições, a própria identidade, há de se ponderar de onde viemos e aonde queremos chegar.

Ao perseguir seu próprio destino, fatos à revelia, Askar tenderá sempre ao Norte, sem jamais esquecer de onde veio, sem jamais esquecer o Sul, sem jamais esquecer Misra.

Nuruddin Farah – human cartographies

ABSTRACT:

Contemporaneity is defined by human 's lost of reference; while the boundaries are abolished, new mechanisms of exclusion are created. By certain moment, named by post-colonial theorists, minorities manifest themselves by entending to question the valid order. *Maps*, a novel by Nuruddin Farah, seems to be an important literary reflection about this time; analysing it, we 'll try to decipher how the Somalian novelist hurls his critiques to the present situation.

Keywords: Contemporaneity. Post-colonial. Human. *Maps*.

Notas explicativas

* Professora Adjunta da Faculdade de Letras da UFJF

** Mestre em Estudos Literários. Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, Faculdade de Letras, UFJF

¹ Algumas colônias eram mais numerosas em relação às suas metrópoles. Utilizo, aqui, a palavra “minoría” para destacar uma camada populacional sem direito à voz, ou seja, sem direito à tomada de decisões políticas, subjugada à administração metropolitana.

² Ver SARLO, Beatriz. *Tempo presente*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

³ Em dois momentos deste estudo buscamos tratar a importância do *não* como recurso de afirmação para as ex-colônias. No primeiro, a negação se dá como exemplo para a afirmação de identidade, tanto do sujeito quanto da nação colonial (algo que a citação de Michel de Certeau ilustra bem). Neste segundo momento o *não* não se traduz como ampla negação, mas como olhar particular à situação da ex-colônia pela doutrina da metrópole, doutrina pela qual fomos criados. Neste momento intelectual, trata-se não tanto de uma negação veemente, importantíssima para a afirmação identitária, mas de uma adaptação ao contexto social da ex-colônia, uma consciência por meios metropolitanos (dificilmente haveria outra maneira de o ser) da situação do país recém-independente.

⁴ A palavra “minoría” é adotada, aqui, de forma distinta à adotada anteriormente. Essa minoría que pondera as situações e reflete sobre uma nova configuração social está ligada ao conceito de “minoría cognitiva” elaborado pelo sociólogo austro-americano Peter L. Berger que em *Rumor de Anjos* a define como: “um grupo de pessoas cuja visão de mundo difere significativamente da visão generalizada (...) formado ao redor de um corpo de ‘conhecimentos’ divergentes dos da maioria” (BERGER, 1997, p. 26).

⁵ Esta caracterização de Askar como símbolo da jovem nação somali está melhor explicitada em: CARBONIERI, Divanize. “Identidade e narrativa onírica em *Maps* de Nuruddin Farah”, in <http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/33/356.pdf> Acesso em: 30 jan. 2009.

Referências

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

CARBONIERI, Divanize. Identidade e narrativa onírica em *Maps* de Nuruddin Farah. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/33/356.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2009.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas-SP: Papirus, 1995.

FARAH, Nuruddin. *Mapas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SARLO, Beatriz. *Tempo presente*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

